



## LÉLIA GONZALEZ, UMA FILÓSOFA AMERICANA

CARLA RODRIGUES<sup>1</sup> E JULIANA DE MORAES MONTEIRO<sup>2</sup>

**RESUMO:** O artigo discute conceitos propostos pela pensadora Lélia Gonzalez a partir de sua articulação com a psicanálise, como a noção freudiana de denegação (*Verneinung*). Seguindo a linha argumentativa proposta por Gonzalez, o texto faz um duplo movimento: o primeiro visa explicar o funcionamento dessa formação do inconsciente, apontando como a questão racial brasileira seria atravessada por esse mecanismo no qual a referência a algo só aparece na condição de ser negado e, justamente por isso, noções como “democracia racial” foram introjetadas na formação cultural do Brasil. Já no segundo, articulamos como o campo da filosofia se sustenta com base em negações e exclusões sistemáticas - sobretudo de mulheres -, razões pelas quais Lélia Gonzalez, uma mulher negra, não encontrou respaldo e reconhecimento no âmbito filosófico brasileiro. Nossa proposta é reivindicar a obra da pensadora como uma contribuição fundamental ao pensamento filosófico brasileiro.

**PALAVRAS-CHAVE:** Lélia Gonzalez; Filosofia, Psicanálise; Denegação; Racismo; Gênero.

**ABSTRACT:** The article discusses the concepts proposed by thinker Lélia Gonzalez in regard to her articulation with psychoanalysis, as with the freudian notion of denial (*Verneinung*). Following the argumentative thread proposed by Gonzalez, the text accomplishes two movements: the first aims to explain the functioning of this formation of the unconscious, pointing out how this mechanism, in which the reference to something is only apparent in its condition of being denied, penetrates Brazilian racial issues and that, precisely for this reason, notions like “racial democracy” were introjected in the cultural formation of Brazil. In the second, we articulate how the field of philosophy sustains itself through denials and systematic exclusions - of women, above all -, reasons why Lélia Gonzalez, a black woman, didn't find support and recognition in the Brazilian philosophical sphere. Our proposal is to assert the work of this thinker as an essential contribution to Brazilian philosophical thinking.

**KEYWORDS:** Lélia Gonzalez; Philosophy; Psychoanalysis; Denial; Racism; Gender.

O modo como a questão racial é exposta varia conforme as enunciações e os discursos:

Mamãe, olhe o preto! Estou com medo. (FANON, 2008, p. 105)

<sup>1</sup> Professora de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pesquisadora da FAPERJ. Doutora em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). E-mail: carla.ifcs@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutora em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Realiza estágio de Pós-doutorado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), tendo sido contemplada com bolsa PDR10 da Faperj. E-mail: judemoraes@gmail.com.

Foi então que uns brancos muito legais convidaram a gente para a festa deles, dizendo que era pra gente também. Negócio de livro sobre a gente, a gente foi muito bem recebido e tratado com toda consideração. Chamaram até pra sentar na mesa onde eles estavam sentados, fazendo discurso bonito, dizendo que a gente era oprimido, discriminado, explorado. Eram todos gente fina, educada, viajada por esse mundo de Deus. Sabiam das coisas. E a gente foi sentar lá na mesa. Só que a mesa tava cheia de gente e não deu pra gente sentar junto com eles. (GONZALEZ, 2019b, p.237)

Essas duas citações são, respectivamente, de autoria do psiquiatra e filósofo martinicano Frantz Fanon e da filósofa Lélia Gonzalez e expressam a questão racial por vias distintas: a primeira explicita o que a segunda tenta dissimular. A violência colonial escancarada quando o olhar branco pousa sobre o corpo negro na frase de Fanon parece se dissolver diante da narrativa de Gonzalez (1982), em que ela introduz o leitor no modo como ela compreende o racismo no Brasil, isto é, de modo aparentemente distinto ao de Fanon. O que as diferenciam diz respeito apenas às formas de exposição, na medida em que convergem para afirmar que a violência racista é fundamentada pelo ódio à alteridade, independente do grau de visibilidade ou externalidade. Gonzalez pontua essa diferença afirmando que

Quando analisamos a estratégia utilizada pelos países europeus em suas colônias, verificamos que o racismo desempenha um papel fundamental na internalização da “superioridade” do colonizador pelos colonizados. E ele apresenta, pelo menos, duas faces que só se diferenciam como táticas que visam ao mesmo objetivo: exploração/opressão. Refiro-me, no caso, ao que comumente é conhecido como racismo aberto e racismo disfarçado [...] ou, como eu o classifico, racismo por denegação. Aqui, prevalecem as “teorias” da miscigenação, da assimilação e da “democracia racial”. (GONZALEZ, 2019a, p. 344)

Se, por um lado, Fanon analisava os efeitos da escravidão e do colonialismo nas colônias francesas destrinchando os mecanismos de um poder colonial que nunca escamoteou seu ódio e seu desprezo pelo corpo negro, como torna inteligível o comentário infantil citado pelo filósofo, a intelectual brasileira propunha uma crítica ácida ao modelo brasileiro, no qual o racismo teria sido construído de forma velada, penetrando nos subterrâneos da colônia, com seus particulares esquemas de violência psicológica, como um elemento recalcado – ou melhor, denegado – pela nossa cultura, cujo ocultamento cumpriria um projeto de esquecimento do passado escravocrata que está na gênese da sociedade brasileira e esconderia os meandros da crueldade racista ao negar sua existência.

Esse artigo propõe, então, investigar a tese de Gonzalez, influenciada pela psicanálise de Freud e Lacan, na qual a sociedade brasileira seria fundada a partir do que a ela chama de racismo por denegação (*Verneinung*), estrutura forjada pela ideologia do branqueamento e pelo

apagamento dos sujeitos racializados como um dado constitutivo da nossa cultura, o “mito da democracia racial” implicado nos processos de miscigenação. Ao entender o papel desempenhado pela *Verneinung*, nossa intenção é mostrar como a denegação também opera para negar o reconhecimento às mulheres – sobretudo às mulheres negras – no âmbito da filosofia, reivindicando para Lélia Gonzalez o merecido lugar dentro do campo filosófico brasileiro.

### Neurose cultural brasileira

A especificidade do racismo na formação da “neurose cultural brasileira” (GONZALEZ, 2019b, p. 245) derivava, para Gonzalez, da entrada em cena da *Verneinung*, um mecanismo investigado por Freud em 1925, termo da língua alemã de difícil tradução, vertido para o português de três formas diferentes<sup>3</sup>. A *Verneinung* freudiana serve de base para a autora entender a questão racial como um sintoma neurótico inscrito na construção sócio-histórica nacional. Contestando a posição de Caio Prado Junior no livro *Formação do Brasil contemporâneo*, segundo a qual as funções sexuais e do trabalho no Brasil escravocrata entre negros e brancos determinaram “relações elementares muito simples”, ela afirma:

Ora, sabemos que o neurótico constrói modos de ocultamento do sintoma, porque isso lhe traz benefícios. Essa construção o liberta da angústia de se defrontar com o recalçamento [*Verdrängung*]. Na verdade, o texto em questão aponta para além do que pretende analisar. No momento em que fala de alguma coisa, negando-a, ele se revela como desconhecimento de si mesmo. (GONZALEZ, 2019b, pp.245-246)

Desse modo, a sofisticada argumentação de González sobre a questão racial à brasileira aponta para um processo do aparelho psíquico no qual um elemento precisa ser expulso para que a fantasia neurótica do sujeito consiga se sustentar. Isso que fica de fora, porque rejeitado pelo sistema, a despeito de um tipo de mecanismo no qual a ação da expulsão (*Ausstosung*) é mais severa, como na forclusão (*Verwerfung*) - , brevemente referida no texto freudiano pelo uso do verbo *verwerfen* (rejeitar) - não é inteiramente realizável no caso da denegação (*Verneinung*).

Para Gonzalez, o racismo tem estrutura de uma neurose. O texto de Freud do qual ela se vale para defender sua hipótese mobiliza estruturas clínicas distintas, que podem ser

---

<sup>3</sup> O termo *Verneinung* foi traduzido para o português por: negativa, denegação e negação. Gonzalez opta pelo termo denegação. Como o texto de Freud que será usado como referência é a edição presente na coletânea de obras completas da Standard, traduzido por “A negativa”, é importante que o leitor tenha no horizonte que estamos tratando do mesmo conceito, inscrito no campo semântico dos processos de negação. Utilizaremos a versão brasileira presente em (FREUD, 2011, pp. 249-255). Citamos também o texto original alemão: FREUD, Sigmund. *Gesammelte Werke XIV*, pp. 11-5.

problematizadas a partir da relação entre o dentro e o fora ou, como diz Freud, “é novamente, como se vê, uma questão de exterior e interior”(FREUD, 2011, p. 252).

No seu percurso argumentativo, Lélia Gonzalez se interroga sobre as tensões irreconciliáveis da sociedade brasileira na medida em que, ao valorizar elementos da herança africana como fundamentais a um projeto de identidade nacional – como o samba e o carnaval – e idolatrar figuras negras como os jogadores Pelé e Garrincha ou as mulatas das escolas de samba – alçando-os ao estatuto de heróis brasileiros ou de rainhas, como as rainhas de bateria<sup>4</sup> – acaba por neutralizar o racismo, nessa mesma sociedade, fazendo com que o lugar *natural* do negro esteja entre moradias precárias, prisões ou cemitérios. Segundo ela:

As condições de existência material da comunidade negra remetem a condicionamentos psicológicos que têm que ser atacados e desmascarados. Os diferentes índices de dominação das diferentes formas de produção econômica existentes no Brasil parecem coincidir no mesmo ponto: a reinterpretção da teoria do “lugar natural” de Aristóteles. Desde a época colonial aos dias de hoje, percebe-se uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento que vão desde os feitores, capitães do mato, capangas, etc até a polícia formalmente constituída. Da casa-grande e do sobrado até os belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto. (GONZALEZ, 2019b, p. 246)

Assim, na compreensão da filósofa, desnaturalizar as condições materiais dos brancos – moradias saudáveis, vida protegida – e dos negros – habitações precárias, repressão policial, encarceramento, morte – visa atacar o apagamento que leva ao fato de que a mucama da colônia seja a empregada doméstica da configuração social de hoje; que o negro escravizado seja o negro perseguido pela força policial do Estado contemporâneo. Para compreender esse longo processo histórico, Gonzalez destrincha os “condicionamentos psicológicos” do racismo, para os quais um dos conceitos-chaves de sua interpretação, a *Verneinung* freudiana, está implicada no que ela nomeia como racismo por denegação.

Ao entender como o conceito psicanalítico de Freud é apropriado pela autora, queremos mostrar como há também, como uma questão histórica da filosofia, um exercício denegatório de poder, que visa excluir do campo do pensamento sujeitos e corpos não-brancos e não-masculinos, que faz com que mulheres, e sobretudo mulheres negras, permaneçam apartadas do *dentro* da academia e da filosofia.

---

<sup>4</sup> Todos esses exemplos são da própria Lélia Gonzalez.

### O conceito de *Verneinung*: da negação de Freud (1925) à “nêga ativa” de Lélia Gonzalez

Em *Die Verneinung*, um pequeno escrito de Freud de meados dos anos 1920, o psicanalista inicia o texto com uma exemplificação bem simples do que seria a lógica da negação em ato na clínica. Com dois exemplos retirados do trabalho de análise, Freud descreve como a denegação seria denunciada pela fala do paciente:

O modo como nossos pacientes apresentam suas ideias espontâneas, no trabalho psicanalítico, nos fornece a oportunidade para algumas observações interessantes. “Você agora vai pensar que eu quero dizer algo ofensivo, mas não tenho de fato essa intenção.” Compreendemos que é a rejeição, através da projeção, de um pensamento que acabou de surgir. Ou: “Você pergunta quem pode ser esta pessoa no sonho. Minha mãe não é”. Corrigimos: então é a mãe. Tomamos a liberdade, na interpretação, de ignorar a negação (*Verneinung*<sup>5</sup>) e apenas extrair o conteúdo da ideia. É como se o paciente houvesse dito: “É certo que me ocorreu minha mãe, em relação a esta pessoa, mas não quero admitir esse pensamento”. Às vezes é possível obter de forma cômoda o esclarecimento que buscamos acerca do material reprimido (*Verdrängte*) inconsciente. [...]O que ele está rejeitando (*Verwirft*), com essa fundamentação que ouviu no tratamento, é, naturalmente, o significado correto da nova ideia obsessiva. Portanto, o conteúdo reprimido de uma ideia ou imagem pode abrir caminho até a consciência, sob a condição de ser negado. O que ele está rejeitando, com essa fundamentação que ouviu no tratamento, é, naturalmente, o significado correto da nova ideia obsessiva. Portanto, o conteúdo reprimido (*Verdrängter*) de uma ideia ou imagem pode abrir caminho até a consciência, sob a condição de ser negado (*Verneinen*). (FREUD, 2011, pp. 250-251).

Como podemos depreender do fragmento citado, os termos usados por Freud começam pelo prefixo alemão – *ver* e isso não se dá ao acaso. O que se apresenta nos conceitos de denegação (*Verneinung-Verneinen*), recalque/repressão (*Verdrängung-Verdrängte*) e rejeição<sup>6</sup> (*Verwerfung-verwirft*) fazem parte de uma constelação semântica no qual está em jogo a noção trazida pela prefixação de seus termos, isto é, uma marcação específica da língua alemã que, dentre muitos sentidos, tem o sentido de erro ou deterioração. Mas é preciso ter no horizonte que, enquanto o recalque e a forclusão são estruturas clínicas relacionadas à neurose e à psicose, a denegação é apenas uma formação do inconsciente, assim como o sonho ou o chiste, por exemplo.

Além disso, é importante frisar que o prefixo *-ver* (presente em palavras alemãs tais como *Verneinung*, *Verdrängung*, *Verwerfung*, *Verleugnung*) traz a ideia da falha, de que algo no inconsciente não opera de forma bem-sucedida, e, por vezes, pode englobar ações que visam

---

<sup>5</sup> Todas as inserções dos termos originais na passagem citada de Freud são nossas, e não pertencem à tradução utilizada.

<sup>6</sup> Lacan traduzirá *Verwerfung*, palavra correlacionada ao verbo *verwirft* que aparece no texto, por *forclusion*, termo que ele retira de um vocabulário jurídico e que, em português, é traduzido por *forclusão*. Daí o uso do termo no artigo.

lançar para fora do sistema um resto que não consegue ser absorvido, seja por rejeição ou desprezo seja por uma impossibilidade em lidar com ele, em reconhecê-lo como pertencente a uma dada rede simbólica.

Assim, a interpretação de Gonzalez compreende o racismo nessa chave psicanalítica de tensão dos limites entre o *dentro* e o *fora*, mostrando que o racismo nada quer saber do negro, elemento que deve, por conseguinte, ficar excluído da cadeia simbólica. Para explicar como isso aconteceria, a autora recorre aos conceitos de castração e de nome-do-pai, seguindo a trilha aberta por um dos intelectuais responsáveis por introduzir o pensamento de Lacan ao público brasileiro, M. D. Magno:

Por isso, a gente vai tentar apontar para aquele que tascou sua assinatura, sua marca, seu selo (aparentemente sem sê-lo), seu jamegão, seu sobre-nome como pai dessa “adolescente neurótica” que a gente conhece como cultura brasileira. E quando se fala de pai está se falando de função simbólica por excelência. Já diz o ditado popular que “filhos de minha filha meus netos são; filhos do meu filho, serão ou não”. Função paterna é isso aí. É muito mais questão de assumir do que de ter certeza. Ela não é outra coisa senão a função de ausentificação que promove a castração. É por aí, graça a [Gottlob] Frege, que a gente pode dizer que, como o zero, ela se caracteriza como a escrita de uma ausência [...] É por isso que a gente falou de sobre-nome, isto é, nesse S1 que inaugura a ordem significante de nossa cultura. Acompanhando as sacações de Magno, a gente fecha com ele ao atribuir ao significante negro o lugar de S1. (GONZALEZ, 2019b, p. 251)

No ato de inaugurar a castração simbólica, de saída algo se retira dela. A escrita do nome-do-pai marca a presentificação de uma ausência: o que está na origem, mas precisa ser posto para fora, o primeiro significante que constitui a ordem simbólica, o S1. Esse diálogo que a autora faz com M.D. Magno resulta na percepção de que o negro é, por excelência, o S1 da cultura brasileira.

Para a filósofa, a lógica da dominação que internaliza e reproduz valores brancos ocidentais e pretendem ocultar o significante negro da cultura diz respeito à “não assunção da própria castração”(Ibidem, p. 251). Ou seja, forjamos uma identidade mítica ficcional de branquitude, idealizamos a imagem do colonizador europeu, mas isso só traz angústia e frustração, porque jamais seremos aquilo que gostaríamos de ser, uma vez que diante da figura ideal – a elite branca, europeia, civilizada - não passamos de um país latino, construído pela exploração violenta de africanos e indígenas, e, por isso, odiamos o que somos. Nosso ódio racista deriva do não reconhecimento daquilo que nos parece mais estranho, embora seja para nós constitutivamente familiar: somos sujeitos marcados pelo signo da negritude.

O racismo busca rejeitar obsessivamente o negro, expulsá-lo do campo do simbólico, mas a cada vez o conteúdo rejeitado acaba vindo à tona como denegação. Em geral, pelo efeito

do próprio discurso racista. Outras vezes, na figura do próprio indivíduo racista que experimenta em si mesmo, no seu íntimo, uma relação com o significante negro. Ao insistirmos no mito da democracia racial e na tese de que “não existe racismo no Brasil”, a ênfase na negação acaba por delatar o caráter denegatório do conteúdo.

O clássico exemplo de Freud do paciente que vê uma mulher no sonho e assegura que não é a sua mãe corresponde à intuição de Gonzalez ao defender que, ao nos esquivarmos da admissão do racismo, isto é, ao insistirmos que não somos racistas, não fazemos senão confirmar uma única coisa: o fato de sermos uma sociedade racista.

No Brasil o racismo só ganha inscrição simbólica na medida em que é negado; suprimindo a negativa, se acha o conteúdo daquilo que o discurso quer dizer e não diz, ao interditar e só se admitir conscientemente na condição de que esteja negado.

É por isso que um homem negro ou uma mulher negra que sai desse lugar demarcado racialmente pelos brancos como seu lugar natural – as favelas, periferias, a profissão de domésticas, serviçais, as prisões – para adentrar um outro espaço simbólico causa uma derrocada da cadeia. Segundo Gonzalez, para o sistema funcionar, o S1 precisa ficar de fora, precisa ser expulso da consciência a todo momento, mas o que os neuróticos sabem muito bem, em uma formulação bem lacaniana, é que esse significante não cessa de não retornar porque “isso tá aí...e fala”(GONZALEZ, 2019b, p.241).

Como consciência, a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico<sup>7</sup> se faz presente. Já a memória, a gente considera como o não saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção<sup>8</sup>. A consciência exclui o que a memória inclui. Daí, na medida em que é o lugar da rejeição, a consciência se expressa como discurso dominante (ou efeitos desse discurso) numa dada cultura, ocultando memória, mediante a imposição do que ela, a consciência, afirma como a verdade. Mas

---

<sup>7</sup> Referência ao conceito de ideologia proposto por Althusser, filósofo citado por ela em “O lugar da mulher negra na sociedade: uma abordagem político-econômica”: “ Nas sociedades de classe, a ideologia é uma representação do real, mas necessariamente falseada, porque é necessariamente orientada e tendenciosa – e é tendenciosa porque seu objetivo não é dar aos homens o conhecimento objetivo do sistema social em que vivem, mas, ao contrário, oferecer-lhe uma representação mistificada deste sistema social , para mantê-los em seu ‘lugar’ no sistema de exploração de classes”. (ALTHUSSER, 1967, p. 39-40 *apud* GONZALEZ, 2017, p. 96)

<sup>8</sup> Referência à sentença de Lacan sobre o mito individual do neurótico, segundo o qual os processos de subjetivação de cada sujeito singular são estruturados por uma construção mítica sobre a sua identidade, de modo que aquilo que o sujeito erige como verdade sobre si nada mais é do que uma formulação mítica que tampona a sua cisão constitutiva. O mito, a ficção, portanto, organiza simbolicamente a castração (real), construindo uma narrativa imaginária que a reveste. Segundo Lacan, “(...) essa ficção mantém uma relação singular com alguma coisa que está sempre implicada por trás dela, e da qual ela porta, realmente, a mensagem formalmente indicada, a saber, a verdade. Aí está uma coisa que não pode ser separada do mito. (...) A necessidade estrutural que é carregada por toda expressão da verdade é justamente uma estrutura que é a mesma da ficção. A verdade tem uma estrutura, se podemos dizer, de ficção”. (Cf. LACAN, 1995, p. 258-25).

a memória tem suas astúcias, seu jogo de cintura: por isso, ela fala por meio das mancadas do discurso da consciência. (GONZALEZ, 2019, pp. 240-241)

Na passagem acima, percebemos na escuta de Gonzalez como as falhas que aparecem na consciência, lugar do discurso dominante, dizem respeito ao que fica recalcado e escondido no inconsciente, que ela nomeia como memória. Nesse sentido, a intenção da leitura da psicanálise feita pela autora aponta para a necessidade de destrinchar esses mecanismos do subterrâneo da nossa formação social, respondem pela perpetuação do racismo em nosso corpo social. A hipótese de Gonzalez mostra que o material recalcado inconsciente esconde o não-dito do dito, que vem aparecer no plano consciente como efeito discursivo, e que o dispositivo da denegação tenta dissimular a partir da negação. Portanto, a negação nada mais é do que a suspensão do recalque, como vai nos mostrar Freud ao afirmar que

o conteúdo reprimido de uma ideia ou imagem pode abrir caminho até a consciência, sob a condição de ser negado. A negação é uma forma de tomar conhecimento do que foi reprimido, já é mesmo um levantamento da repressão, mas não, certamente, uma aceitação do reprimido. Nisso vemos como a função intelectual se separa do processo afetivo. Com ajuda da negação é anulada apenas uma consequência do processo de repressão, o fato de seu conteúdo ideativo não chegar à consciência. Daí resulta uma espécie de aceitação intelectual do reprimido, enquanto se mantém o essencial da repressão. No curso do trabalho psicanalítico, frequentemente produzimos uma variante muito importante e algo estranho dessa mesma situação. Conseguimos vencer também a negação e alcançar a plena aceitação intelectual do reprimido — mas o processo de repressão em si não é cancelado por isso. (FREUD, 2011, pp.250-251)

A conclusão de Freud ecoa nas teses de Lélia Gonzalez sobre a questão racial no Brasil. Para a filósofa, como o racismo se manifesta na formação inconsciente da negativa, tomamos conhecimento do racismo, uma vez que o processo de recalque é suspenso. Mas, como o trecho de Freud nos mostra, não aceitamos aquilo que está recalcado, ou seja, que somos racistas e que o racismo é uma produção discursiva na consciência do material inconsciente. Como ele só aparece na condição de negado, “persiste o que é essencial à repressão”. Freud continua ao falar sobre as consequências do trabalho analítico, mostrando que é possível ultrapassar a negação na clínica, embora o processo repressivo não seja removido.

Como, então, poderíamos pensar, a partir da assunção do racismo que nos constitui e nos atravessa como colonizados, outra forma de lidar com a questão racial brasileira, ainda que o processo de recalque, como Freud aponta, não seja inteiramente removido? Nesse sentido, o trabalho de Lélia Gonzalez propõe introjetar na cadeia simbólica aquilo que ela insiste em manter para *fora*, porque a lógica da colonização e da opressão se mantém em funcionamento por estar fora.



Nesse sentido, ou nos assumimos psicóticos, incapazes de controlar “nosso desejo geral de negar”, fazendo do negro sempre esse significante foracluído da cadeia, responsável por nos trazer as piores alucinações; ou nos colocamos como uma sociedade neurótica, e parece ser esta a aposta de Lélia. Com ela, passar por uma nova escrita para os nossos sintomas, e apaziguar as angústias trazidas pelo ressentimento de ser um outro.

O conceito de *amefricanidade* da filósofa parece propor, assim, assumir a africanidade intrínseca à América Latina a partir da criação de um novo significante. Dizer: somos amefricanos, isso nos constitui e nos posiciona no mundo. Dito isso, pensar o racismo como *Verneinung* pode ser uma possível reinscrição ética para nossa subjetividade tão difusa e uma forma de aliviar nosso sofrimento com os fantasmas da colônia. Deixar de manter o não-dito naquilo que se diz e parar de interditar o racismo, dizendo-o, parece ser a convocatória de Lélia Gonzalez para forjar um novo laço social, nos responsabilizando eticamente e reconhecendo o *outro* que habita em nós.

### **Lélia filósofa**

Até este ponto foi preciso mobilizar aspectos da teoria psicanalítica para explorar o conceito que consideramos central na obra de Lélia Gonzalez - amefricanidade -, consequência de uma formação no pensamento de Jacques Lacan no Colégio Freudiano do Rio de Janeiro, nos idos dos anos 1970. A partir daqui, será importante tecer os fios que atam seu pensamento à história da filosofia e ao contexto filosófico no qual ela se forma e escreve. Entre 1959 e 1963, Lélia formou-se em História e em Filosofia na antiga UEG, hoje Uerj. Em 1975, ingressou no mestrado em Comunicação e nos anos 1980 lecionou no Departamento de Sociologia da PUC-Rio, depois de voltar dos EUA, onde trabalhou com Angela Davis (DAVIS, 2016) numa pesquisa sobre gênero, raça e classe (DAVIS, 2019). Essa movimentação não se dá apenas entre áreas de conhecimento, mas também entre o campo acadêmico e o político. Sua trajetória teórica, portanto, é marcada por sua prática, o que de certa forma explica o recurso à psicanálise - cuja teoria depende da práxis - quanto sua atuação no Movimento Negro Unificado, do qual foi uma das fundadoras, lugar a partir do qual ela lutou contra o racismo na sociedade brasileira a partir do diagnóstico aqui apresentado.

Cabe ressaltar, no entanto, que a interpretação original do racismo à brasileira se dá - como apontamos já no início do artigo - , em sintonia fina com a obra de Fanon, um dos autores com quem Lélia Gonzalez estabelece interlocução, mas não o único. Publicado em 1961 com prefácio de Jean-Paul Sartre, o livro *Os condenados da terra* (Fanon, 2005 [1961]) é marco fundador do debate sobre como a violência colonial incide sobre sujeitos/as, não apenas como

violência física e por vezes mortal, mas sobre o modo como o que ele chama de "guerra colonial" produz sofrimento psíquico e distúrbios mentais. A análise política do racismo passa pela psicanálise não por capricho teórico ou desvio epistemológico, mas por necessidade histórica. Memória e história tornam-se, assim, centro de uma disputa na qual está implicada a passagem do colonizado à condição de sujeito, como explica Fanon ao se referir à "'coisa' colonizada":

A descolonização nunca passa despercebida, pois diz respeito ao ser, ela modifica fundamentalmente o ser, transforma espectadores esmagados pela inessencialidade em atores privilegiados, tomados de maneira quase grandiosa pelo rumo da História. (...) A descolonização é verdadeiramente a criação de homens novos. Mas essa criação não recebe a sua legitimidade de nenhuma potência sobrenatural: a "coisa" colonizada se torna homem no processo mesmo pelo qual se liberta (FANON, p. 53, 2005 [1961]).

Alguns elementos aqui nos interessam. Primeiro, o processo de libertação estar sendo comparado ao processo de humanização - ainda que referido ao homem e aí incluindo/excluindo as mulheres - para, em seguida, equiparar a libertação à saída do estatuto de "coisa", ou seja, à passagem da condição de ab/objeto para a condição de sujeito. Por fim, o elemento histórico, cuja articulação com a filosofia de Lélia Gonzalez será fundamental para nós a fim de amarrar um "nó borromeano" entre história - uma das formações de Lélia - , memória - uma das matérias-primas da psicanálise - e filosofia, aqui entendida como lugar de formulação conceitual e de proposição de novas possibilidades de resposta para a pergunta "o que é?", marca do espanto inaugural da matriz grega de pensamento.

Se pudermos compreender a colonização como um movimento de progresso da história, a partir do qual Europa e América se constituem enquanto tal (Quijano, 2005), e o conceito de raça negra é construído como elemento de desumanização, podemos pensar também que o progresso da história é aquilo que estabelece a permanente necessidade de distinção entre o dentro e o fora, retomando aqui os termos freudianos já expostos. Há, no entanto, uma sofisticação no modo de funcionamento deste processo histórico, qual seja, o apagamento do direito à história aos considerados não-humanos, de modo que tudo se passe como se não houvesse exclusão na marcha do progresso da história, já que este progresso começa tendo como ponto de partida a entrada apenas dos que têm direito à história e, portanto, à memória.

Lélia Gonzalez, além de denunciar a exclusão do sujeito racializado da sua própria história, além de denunciar como a branquitude precisa denegar esse ponto de partida, torna-se também uma ativista pelo direito à memória. É assim que, para retomar um termo muito em voga nos anos 1970/1980, ela faz filosofia engajada. Na leitura de autores como Hegel, Trótski, Althusser, Marx e Engels, não interessa a ela a prática do comentário ou o esforço da exegese.

Os filósofos são como armas apontadas para um alvo - o racismo - e o pensamento é um operador político de desmonte das estruturas sedimentadas de opressão.

Assim, enquanto as carreiras universitárias se profissionalizavam nos anos 1970/80 - tendo o modelo europeu colonizador como parâmetro - , Lélia escolhia fazer da filosofia sua "caixa de ferramentas", para usar uma expressão deleuziana, com a qual o Movimento Negro Unificado produziu um deslocamento histórico fundamental. Fundado em 1978, o MNU desempenhou papel fundamental na rememoração da luta do povo negro pela liberdade. Cem anos depois do fim da escravidão, Lélia Gonzalez estava entre as lideranças na marcha de homenagem a Zumbi de Palmares. Era 20 de novembro de 1988 e a data passaria a ser parte de um necessário processo de denúncia da denegação do racismo diagnosticada por ela. Hoje, novembro é o mês da Consciência Negra, o 20 de novembro é feriado em numerosos estados e cidades do país, e começa a ser possível fazer a transformação nomeada por Achile Mbembe, cuja crítica colonial é tecida entre a filosofia e a psicanálise, entre a crítica e a história: "Acreditamos que a instauração de um arquivo é indispensável para restituir os negros à sua história, mas é uma tarefa extraordinariamente complicada (MBEMBE, 2018, p. 63).

Mbembe, influenciado por Fanon, mas também por Paul Gilroy e Aimé Césaire, define a "razão negra" como um "conjunto de vozes, enunciados e discursos, de saberes, comentários e disparates, cujo objeto são as coisas ou as pessoas 'de origem africana' e aquilo que se afirma ser seu nome e sua verdade (Mbembe, 2018, p. 60)." Ele divide essa razão negra em dois momentos: o primeiro, o da consciência ocidental do negro, está orientando pela interpelação do colonizador com perguntas como "quem é ele?; como o reconhecemos?; o que o diferencia de nós? poderá ele tornar-se nosso semelhante? como governá-lo e a que fins?" (p. 61). No segundo momento, Mbembe identifica uma declaração de identidade, em que as perguntas são as mesmas, a mudança está em quem as enuncia: "quem sou eu?; serei eu, de verdade, quem dizem que eu sou?; Será verdade que não sou nada além *disto* - minha aparência, aquilo que se diz de mim?; Qual o meu verdadeiro estado civil e histórico?" (MBEMBE, 2018, p. 62).

Todas estas questões haviam sido enfrentadas por Lélia na sua passagem de mulher à mulher negra e na sua recusa a se identificar como feminista por tomar como tema central do racismo o nó entre história, memória e pensamento filosófico. No entanto, a história brasileira é pobre em reconhecer mulheres como filósofas. Sobre Lélia recaíram muitos pesos: ser mulher, negra, recusar compartimentações teóricas, ser ativista na luta contra o racismo - causa mesma da impossibilidade do reconhecimento de sua contribuição filosófica e intelectual - e exercer o papel de intelectual pública mais do que se dedicar a atender requisitos de produção estritamente

acadêmica. Com tudo isso, Lélia Gonzalez ousou pensar a violência denegada para que a própria ideia de Brasil ainda exista.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

\_\_\_\_\_. *Uma autobiografia*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Editora Boitempo, 2019.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Tradução de José Laurênio de Melo. São Paulo: Civilização Brasileira, 1967.

\_\_\_\_\_. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Renato Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008

FREUD, Sigmund. “A negação”. In: *O eu e o id, “Autobiografia” e outros textos (1923-1925) – Coleção das Obras Completas de Sigmund Freud (volume 16)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011

\_\_\_\_\_. “Die Verneinung”. In: *Gesammelte Werk XIV*.

GONZALEZ, Lélia. “A categoria político-cultural da Amefricanidade”. In HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.): *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

\_\_\_\_\_. “O lugar da mulher negra na sociedade: uma abordagem político-econômica”. In: RODRIGUES, Carla; RAMOS, Tânia; BORGES, Luciana (Org.). *Problemas de Gênero*. Rio de Janeiro: Funarte, 2017 (Coleção Ensaio brasileiros contemporâneos)

\_\_\_\_\_. “Racismo e sexismo na cultura brasileira”. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019

LACAN, Jacques. (1956-1957). *O Seminário de Jacques Lacan, livro 4: As Relações de Objeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995

LAGOAS, Juliano M. *O problema da percepção na psicanálise de Freud a Lacan*. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Brasília. Brasília, 2016.

MBEMBEM, Achille. *Crítica da razão negra*. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo : N-1 Edições, 2018.

QUIJANO, Anibal. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires : CLACSO, 2005.